



Câmara dos Deputados do Brasil
Gabinete Da Deputada Federal Talíria Petrone

REQUERIMENTO Nº /2023
(Da Sra. Talíria Petrone)

Solicito a realização de uma audiência pública para discutir os impactos socioambientais da construção de Parques de Energia Eólica na costa brasileira

Senhora Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Igualdade Racial:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para tratar dos impactos socioambientais da construção de Parques de Energia Eólica na costa brasileira. Para esse fim, sugerimos sejam convidados os/as seguintes debatedores/as:

1. Prof. Adriane Gorayeb.
2. Ana Paula Prates - Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Oceano e Gestão Costeira.
3. Angeline Alves - Articulação Povos de Luta.
4. Viviane Machado Alves - Coordenadora do Movimento de Pescadoras e Pescadores do Brasil do Rio Grande do Sul.
5. Alexandre Ahomar - Associação de Homens e Mulheres do mar da Baía de Guanabara .
6. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Eng. Eduardo Wagner.
7. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - Ministério Público Federal.





Câmara dos Deputados do Brasil
Gabinete Da Deputada Federal Talíria Petrone

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Conselho Global de Energia Eólica (GWEC), o Brasil é considerado o maior mercado do setor de energia eólica no hemisfério sul. A energia eólica é a terceira maior fonte do país (11%), atrás das usinas térmicas (12%) e hidrelétricas (57%), de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia. Ao todo existem 1.036 parques eólicos, com 930 concentrados só na região Nordeste¹.

A exploração da Energia Eólica na Costa Brasileira representa uma possibilidade ampla de exploração, no entanto é essencial medir os impactos reais, não somente no ambiente marinho, mas também nas comunidades costeiras que tem na relação com o mar seu modo de vida, bem como a construção de instrumentos de regulação e fiscalização que permitam a avaliação se a instalação de parques de energia eólica representa de fato uma transição energética social e ambientalmente justa.

Considerando o crescimento significativo do setor de energia eólica no Brasil e os diversos relatos dos impactos negativos que estes parques causam ao dia a dia de moradores locais, afetando a qualidade de vida da comunidade, assim como os diversos estudos de pesquisadores da área sobre os impactos socioambientais desses parques, faz-se necessário realizar uma audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir o assunto.

Segundo relatos e estudos, a construção de parques de energia eólica pode causar danos significativos aos recursos naturais e ao meio ambiente. A instalação desses parques em áreas sensíveis, como dunas, praias, restingas, estuários ou no mar, pode afetar o regime de águas e causar a degradação desses ecossistemas frágeis. Além disso, há relatos de desmatamento e destruição da flora local, o que pode levar à extinção de animais e à perda de biodiversidade. Também deve-se considerar que embora seja considerada uma “fonte limpa”, a produção de equipamentos eólicos requer a extração de minérios, como o lítio, que pode causar danos ambientais significativos.

¹ <https://esginsights.com.br/impacto-nas-comunidades-locais-poe-em-xeque-sustentabilidade-das-eolicas/>





Câmara dos Deputados do Brasil
Gabinete Da Deputada Federal Talíria Petrone

Os moradores das comunidades costeiras também têm expressado preocupação com os impactos na qualidade de vida. O ruído constante gerado pelas turbinas eólicas pode causar poluição sonora, afetando a saúde e o bem-estar das pessoas que vivem próximas a essas instalações, bem como a reprodução e saúde dos peixes.

Há também questionamentos sobre os processos de licenciamento ambiental desses empreendimentos nas áreas continentais do país. Denúncias têm apontado para possíveis abusos contratuais, falta de transparência, burla à fiscalização ambiental adequada e ausência de acesso à informação por parte das comunidades afetadas. Há alegações de que as normas vigentes permitem que as empresas considerem as turbinas eólicas como atividades de baixo potencial de impacto ambiental, o que pode resultar em licenciamentos simplificados e insuficientes. Também sabe-se que os contratos de arrendamento dos parques eólicos são confidenciais e incluem cláusulas de confidencialidade que impedem os proprietários de discutir publicamente os termos. Além disso, a falta de definição legal sobre a propriedade dos ventos no Brasil gera debates sobre quem tem o direito de explorá-los economicamente².

Mais de 750 parques eólicos estão em operação no país, com mais de 10 mil torres geradoras. De acordo com o Global Wind Energy Council (GWEC), o Brasil ocupa a sétima posição no ranking mundial de geração eólica³. Diante desse cenário, é fundamental promover uma discussão ampla e democrática sobre o impacto socioambiental da construção de Parques de Energia Eólica e seu impacto aos moradores locais, pequenos agricultores e comunidades tradicionais. A audiência pública proposta permitirá ouvir os diferentes atores envolvidos, incluindo representantes das comunidades e pesquisadores do tema. O objetivo é avaliar os impactos reais desses parques, discutir a efetividade dos processos de licenciamento ambiental em vigor e buscar soluções que conciliem o desenvolvimento da energia eólica com a preservação do meio ambiente e o bem-estar destas comunidades.

² <https://www.intercept.com.br/2022/08/01/energia-eolica-conflitos-territorios-agricultura/>

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/afetados-por-eolicas-discutem-danos-causados-comunidades>





Câmara dos Deputados do Brasil
Gabinete Da Deputada Federal Talíria Petrone

Desta forma, solicitamos o apoio dos/das Nobres Pares para aprovação do presente requerimento de audiência pública com o objetivo discutir um grave problema que pode afetar diretamente a vida de diversas pessoas, do ecossistema costeiro bem como do bioma marinho.

Sala das Sessões, de julho de 2023.

Deputada TALÍRIA PETRONE
(PSOL/RJ)

Apresentação nº 07/00608/2023 151105054040-CDHMI/R

REQ n.118/2023

